

Limiars Urbanos: Uma Perspectiva Analítico-Comparativa das Dinâmicas Urbano-Regionais do Brasil

Urban Thresholds: An Analytical-Comparative Perspective on Urban-Regional Dynamics in Brazil's

Vitor Koiti Miyazakiⁱ

Universidade Federal de Uberlândia
Ituiutaba, Brasil

Wagner Barbosa Batellaⁱⁱ

Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora, Brasil

Cleverson Alexander Reolonⁱⁱⁱ

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Resumo: Amparando-se no conceito de formação socioespacial e na noção de limiars urbanos, busca-se averiguar de que modo as idiossincrasias locais impactam as dinâmicas urbano-regionais, mesmo considerando-se tratar de centros urbanos que possuem tamanho demográfico semelhante e que ocupam níveis hierárquicos equivalentes no âmbito da estrutura urbana brasileira. Enfoca-se quatro cidades: Patos-PB, Itabaiana-SE, Manacapuru-AM e Ituiutaba-MG, com população aproximada de 100 mil habitantes cada. Além do porte demográfico, variáveis relacionadas aos deslocamentos intermunicipais de 2010 e outras disponíveis no banco de dados da REGIC 2018 também são analisadas. A hipótese de que haveria diferenças que podem ser interpretadas como de caráter circunstancial se confirmou mediante constatação de especificidades em relação às interações decorrentes da oferta de certos serviços, especializados e singulares a determinadas formações socioespaciais, aos seus respectivos entornos regionais. As conclusões têm implicações importantes para o planejamento e a implementação de políticas públicas de caráter territorial.

Palavras-chave: Rede Urbana; Dinâmicas Urbano-Regionais; Cidades de Responsabilidade Territorial; Cidades Médias; Cidades de Porte Médio.

ⁱ Doutor em Geografia. Professor da UFU – Campus Pontal e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisador da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). vitor.ufu@ufu.br. <https://orcid.org/0000-0002-2246-6421>.

ⁱⁱ Doutor em Geografia. Professor da UFJF. Pesquisador da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). wagner.batella@ufjf.br. <https://orcid.org/0000-0002-3632-9639>.

ⁱⁱⁱ Doutor em Geografia. Professor da UEM. Pesquisador da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). careolon@uem.br. <https://orcid.org/0000-0002-3030-8028>.

Abstract: Based on the concept of socio-spatial formation and the notion of urban thresholds, this study aims to investigate how local idiosyncrasies impact urban-regional dynamics, even considering urban centers with similar demographic sizes and equivalent hierarchical levels within the Brazilian urban structure. The focus is on four cities: Patos-PB, Itabaiana-SE, Manacapuru-AM, and Ituiutaba-MG, each with an approximate population of 100,000 inhabitants. In addition to demographic size, variables related to intermunicipal movements in 2010 and other data available from the REGIC 2018 database are analyzed. The hypothesis that differences interpreted as circumstantial would be found was confirmed through the identification of specificities in interactions arising from the provision of certain services, which are specialized and unique to particular socio-spatial formations and their respective regional surroundings. The conclusions have important implications for the planning and implementation of territorial public policies.

Keywords: Urban Network; Urban-Regional Dynamics; Cities of Territorial Responsibility; Medium-Sized Cities; Intermediary Cities.

Introdução

Neste texto, analisam-se as dinâmicas urbano-regionais protagonizadas por cidades que possuem porte demográfico e que desempenham papéis considerados similares no âmbito da rede urbana brasileira, enfocando diferentes formações socioespaciais e contextos macrorregionais do Brasil. As características das formações socioespaciais, bem como a extensão territorial do Brasil, contribuem para a constituição de uma rede urbana densa e complexa, além de configurações espaciais regionalmente diversas.

Neste rico cenário urbano-regional há um amplo conjunto de centros desempenhando diferentes funções e papéis às suas respectivas hinterlândias, contudo, esta análise está debruçada sobre as centralidades das cidades cujo patamar demográfico se aproximava dos 100 mil habitantes no ano de 2010, a saber: Patos, localizada no estado da Paraíba; Itabaiana, em Sergipe; Manacapuru, no Amazonas; e Ituiutaba, em Minas Gerais.

Este rol de cidades certamente não é suficiente para contemplar a pluralidade e a diversidade da urbanização brasileira, mas se trata de um conjunto representativo de uma certa variedade de formações socioespaciais encontradas no território nacional. Suas escolhas também foram influenciadas pelo fato de serem estudadas tanto no âmbito do projeto da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), intitulado “Urbanização contemporânea: reestruturação e desigualdades socioespaciais”¹, quanto em outros vinculados a essa rede, denominados “Morfologia urbana e estruturação da cidade: elaboração de uma proposta metodológica como subsídio para a gestão e o planejamento urbano”² e “Forma, morfologia e tipologias urbanas: estudo sobre cidades de porte médio do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba”³, o que possibilita analisá-las sob diferentes prismas.

Tendo em vista que o tamanho demográfico não seja um fator exclusivo para a determinação das funções urbanas, ainda que importante, agregou-se à análise variáveis derivadas dos microdados do Censo Demográfico de 2010, respectivas aos deslocamen-

tos intermunicipais, sintetizados no Índice de Eficácia Migratória (IEM), apresentados por Moura, Delgado e Costa (2013). Além dessas variáveis, também foram analisadas outras, respectivas às relações de proximidade disponíveis no banco de dados do estudo “Regiões de Influência das Cidades 2018” (IBGE, 2020). Cabe ressaltar que esta análise não se resume a uma simples reiteração dos resultados do estudo recém mencionado, mas se trata de análise comparativa particularizada a partir da qual se busca averiguar o significado de tais informações com base nos diferentes contextos do território brasileiro. Para efeitos práticos, trata-se de algo importante, pois embora as funções urbanas exercidas por uma determinada cidade possam, em algum momento, ser equivalentes às de outra de mesmo patamar demográfico, diferentes formações socioespaciais e contextos macrorregionais podem resultar em dinâmicas urbano-regionais distintas. Essa distinção precisa ser conhecida para que os efeitos das políticas públicas de caráter territorial cumpram o efeito almejado.

O texto está estruturado em três partes. Inicialmente, amparando-se no conceito de formação socioespacial e na noção de limiares urbanos, apresenta-se uma reflexão de caráter teórico-metodológico voltada a se pensar como as particularidades locais afetam as dinâmicas urbano-regionais brasileiras, mesmo em cidades de porte populacional e hierarquia urbana semelhantes. Posteriormente, realiza-se uma análise comparativa das relações de proximidades, de caráter urbano-regional, apresentadas no estudo “Regiões de Influência das Cidades 2018”. Por fim, o texto é sumariado pelas Considerações Finais.

Aspectos Teórico-Metodológicos de Fundamentação da Análise Empírica

Muitos estudos que se debruçam sobre as discussões aqui problematizadas enfocam pequenas cidades, vinculadas a centros equivalentes aos estratos de menor nível na hierarquia urbana, que desempenham papéis de centralidade em escala local. Paralelamente, houve um avanço no estudo sobre as cidades médias, e embora estas não se definam exclusivamente pelo porte demográfico⁴, muitas vezes contemplam municípios com população superior a 200 mil. Nesse sentido, de acordo com o que já se argumentou em Miyazaki (2013), as cidades com cerca de 100 mil habitantes designam um conjunto de patamar demográfico pouco estudado em relação aos papéis desempenhados no âmbito da rede urbana.

Amorim Filho e Rigotti (2003) contribuem com essa discussão à medida que analisam cidades médias selecionadas de acordo com uma faixa demográfica. Tais cidades seriam representativas de um conjunto de centros que se podem considerar como emergentes. Trata-se de um estudo correlato a outros que, durante três décadas, foram produzidos com o propósito de refletir sobre a tipologia das cidades médias em Minas Gerais (AMORIM FILHO; BUENO; ABREU, 1982; AMORIM FILHO *et al.*, 1999; AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007), enfocando um conjunto desses centros que, geralmente, apresenta porte demográfico a partir de 50 mil habitantes, estrutura econômica pouco diversificada e com forte ligação com seus respectivos entornos rurais. Trata-se, portanto, de um esforço para se compreender tais núcleos, que se destacam em suas respectivas redes urbanas menos por seu porte demográfico do que pelos papéis que desempenham em suas regiões.

Observa-se como o critério demográfico oscila nesses estudos sobre redes urbanas, mesmo sendo reconhecida a importância dessa abordagem. Batella (2013) oferece uma contribuição nesse sentido ao propor a superação do critério demográfico como ponto de partida à discussão e avançar o conceito de limiar, correspondente às funções urbanas. Para o autor, o limiar é “revelador da própria complexidade da urbanização. Ele supera a dimensão taxonômica e permite captar os híbridos, as mudanças e as mutações” (BATELLA, 2013, p. 56) e, assim, considerando-se cada escala temporal e espacial, torna-se fundamental para a compreensão das cidades contemporâneas.

Tal proposta reveste-se de uma maior relevância ao problematizar cidades de porte médio do ponto de vista demográfico, pois muitas dessas cidades, a depender de sua posição geográfica, assumem relevantes papéis em suas respectivas regiões. Destarte, a noção de limiar evoca uma abordagem essencialmente geográfica (BATELLA, 2019), uma vez que rompe com a noção de limite, manifesto em tipologias e compreendido como algo que separa duas realidades essencialmente distintas, e avança para leituras do próprio processo de urbanização.

A proposta de se pensar os limiares das cidades no âmbito da rede traz consigo a necessidade de se entender a transição entre duas condições diferentes, em alguns casos até conflitantes, onde as descontinuidades (BRUNET, 1970) correspondem a uma zona de imprecisão marcada pela complexidade das realidades em análise. Em outras palavras, o limiar caracteriza uma zona de transição de condições urbanas marcadas pela diferença e, como consequência dessa diferença, também pela descontinuidade das funções de longa distância e/ou de proximidade exercidas pelos centros que configuram a rede urbana. Sendo assim, ao se estudar os limiares na perspectiva das cidades de porte médio, busca-se investigar o “estágio de manifestação do urbano” em si e nos respectivos contextos regionais que as envolvem.

A ideia de limiares discutida em Batella (2013; 2019) foi apresentada com o intuito de se aplicar às discussões que versam sobre as cidades médias. Trata-se de uma reflexão metodológica que visa entender a inserção dessas cidades no processo de urbanização, buscando-se apontar elementos que permitam problematizá-las enquanto cidades médias. Em linhas gerais, essa proposta analítica prioriza centros urbanos que apresentam particularidades do processo de produção do espaço urbano (como porte demográfico, diversidade de equipamentos, inserção na rede urbana nacional e articulação de escalas) que permitem incluir o adjetivo “inferior” à discussão sobre limiares. Ressalta-se, porém, que não se trata de uma proposta metodológica fechada, mas de eixos para problematizar tal noção. Dessa maneira, é possível distinguir quatro eixos analíticos: 1) análise da posição geográfica; 2) interpretação das assimetrias dos papéis locais e globais; 3) as interações espaciais; e 4) análise do espaço intraurbano. A adaptação dessa proposta para a temática do texto por ora apresentado, qual seja, a discussão sobre as cidades de porte médio, não considera este último elemento referente à escala interna da cidade.

Com isso, se quer dizer que será privilegiada a escala regional acedendo que os movimentos e fluxos investigados remetem aos equipamentos localizados no espaço intraurbano. Essas cidades desempenham papéis de destaque nos seus espaços regionais, suprindo a demanda de consumo para seus entornos imediatos e próximos, principalmente mediante o consumo consumptivo, isto é, aquele voltado para as famílias,

como o consumo de educação, saúde, lazer etc., mas também se articulam por vetores controlados por agentes hegemônicos externos materializados, por exemplo, nos setores financeiros, privados e/ou de oferta de produtos voltados ao consumo produtivo, ou seja, voltados à produção de mercadorias: maquinário, conhecimento científico, consultorias, crédito etc., controlados por um número reduzido de empresas ou grupos globais (BATELLA, 2013).

Essa definição evidencia o processo de polarização como elemento fundante para se pensar a dimensão espacial do desenvolvimento do capitalismo, particularmente por meio das relações entre cidade e região. De acordo com Brandão (2007, p. 82), “a polarização deriva dos processos de concentração e centralização do capital e de seus desdobramentos no espaço”. Todavia, isso não acontece de forma homogênea, ou seja, as polaridades, entendidas pelo autor como “campos de força”, são geradas a partir do desenvolvimento desigual e combinado no espaço das forças produtivas, produzindo regiões marcadas pela heterogeneidade de densidades técnicas necessárias à reprodução do capital.

Dessa forma, a extensão de uma região dependeria do caráter funcional de uma cidade, estando essa variável no tempo, mas também no espaço, em função de certo número de fatores. Trata-se de uma acepção das ciências regionais entender o caráter desigual do processo de desenvolvimento capitalista, ou, nas palavras de Brandão (2007, p. 57), da existência de uma “desigualdade na distribuição espacial dos fatores de produção e das atividades”. Dessa forma, a cidade passa a ser o *fermento da vida regional* (LE LANNOU, 1949 *apud* BEAUJEU-GARNIER, 1997), ideia também compartilhada por George (1983, p. 205) na seguinte afirmação: “é justamente como pivô de uma série de relações que a cidade define limites locais ou regionais que são as fronteiras onde termina o exercício de suas atividades”.

São as forças econômicas dessas cidades que moldam a organização regional. Esse papel de comando pode se expressar de diversas formas, sempre considerando a distribuição desigual de pessoas e de atividades no espaço. Assim, a concentração da população na cidade, sua estrutura complexa de serviços, infraestruturas, centros de armazenagem, comercialização, consumo, gestão, controle e poder político e cultural (BRANDÃO, 2007) vão definir papéis diferenciados entre as cidades que configuram uma região.

O limiar pode ser problematizado sob essa tensão, na qual o movimento globalizante da urbanização não envolve todas as cidades de maneira homogeneizante, nos mesmos ritmos e com as mesmas intensidades. Já foi dito que a diversidade é uma premissa a ser seguida nos estudos, mas também é um resultado visível nas pesquisas que vêm sendo realizadas. Não há modelos de cidades, ainda que estas se encontrem numa mesma faixa demográfica. Dessa forma, é na contradição do seu próprio processo de produção que surgem os elementos estruturantes da produção da condição dos limiaries (BATELLA, 2013).

Justamente pensando na importância dessa diversidade urbana que cidades de três macrorregiões foram selecionadas: Manacapuru, da Região Norte; Patos e Itabaiana, do Nordeste; e Ituiubata, do Sudeste. Como dito, a amostragem das cidades com contingente demográfico focado, pautado na similaridade, corresponde a aproximadamente 100 mil habitantes, tomando-se por base as informações do Censo Demográfico de

2010. Porém, uma vez que os papéis urbanos são cruciais para a problematização da discussão do tema em questão, além da similaridade do porte demográfico, frisa-se que exercem centralidades tidas como parcialmente equivalentes sobre suas respectivas regiões, sendo classificadas sob um mesmo grupo, denominado de centros sub-regionais, conforme a hierarquia apresentada no Regic 2018, embora duas sejam de nível A e outras duas de nível B, definidos de acordo com uma metodologia que considera nuances quanto aos resultados dos cálculos dos índices de atração e de centralidade de cada cidade (Tabela 1).

Tabela 1 – População, crescimento e hierarquia urbana das cidades pesquisadas.

Município	Pop. 2010		Pop. Total 2022 Res. preliminar	TGC Pop. Total 2010-2022	Hierarquia 2018
	Total	Urbana			
Itabaiana-SE	86.967	67.709	103.440	1,46	Centro Sub-regional A
Ituiutaba-MG	97.171	93.125	102.217	0,42	Centro Sub-regional B
Manacapuru-AM	85.141	60.174	101.883	1,51	Centro Sub-regional B
Patos-PB	100.674	97.278	103.165	0,20	Centro Sub-regional A

Base de dados: IBGE (2010; 2020; 2023).

Segundo as informações do Censo Demográfico mais recente, vê-se que o contingente populacional da amostra pesquisada superou a casa dos 100 mil habitantes em 2022, assim como a amplitude do menor e do maior contingente da amostra se reduziu devido às diferenças entre as taxas geométricas de crescimento de cada município. No que se refere à hierarquia e que pode ser melhor verificado na Figura 1, é que as cidades selecionadas ocupam um estrato intermediário em termos dos papéis exercidos no âmbito da rede urbana. Cabe frisar, a propósito de tal classificação, que metodologicamente a Regic 2018 leva em consideração a configuração dos arranjos populacionais existentes no território, que seriam agrupamentos de dois ou mais municípios com forte integração populacional em decorrência dos movimentos pendulares para atividade de trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais (IBGE, 2016), e que, neste sentido, Patos compõe um arranjo populacional com o município de Quixabá-PB⁵.

Do ponto de vista da situação geográfica, as cidades analisadas encontram-se relativamente próximas aos centros de maior nível hierárquico aos quais estão diretamente vinculadas⁶, conferindo a elas certa semelhança também nesse sentido. Contemplada desde um panorama mais amplo em termos de escala, porém, denota-se claramente que a situação geográfica reforça a condição diversa, mas também desigual, propiciada pela espacialidade da rede urbana brasileira, mas ironicamente não é pela escala que esta característica da rede se mostra mais ilustrativa, mas sim pela perspectiva. Uma orientação que possibilite contemplar a rede urbana brasileira sob um horizonte longitudinal, ao invés do latitudinal, é muito reveladora tanto da extensão quanto da desigualdade territorial de sua configuração geográfica.

Localização / Hierarquia 2018



Figura 1 – Localização e situação geográfica das cidades analisadas.
Base cartográfica: IBGE (2020); ESRI (2023); elaborado pelos autores.

Tendo em vista tais aspectos metodológicos, do ponto de vista analítico espera-se, portanto, contemplar suficientemente uma certa diversidade das formações socioespaciais do país, cujo conceito, desenvolvido por Santos (1977), constitui-se num importante ponto de partida para se considerar a inserção local e regional de cada cidade. Em suas formulações, esse autor destaca que “o ‘valor’ de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam” e que, neste contexto, é necessário que a Geografia leve em consideração que as diferenças entre os lugares “são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares” (SANTOS, 1977, p. 87).

Dessa maneira, para se compreender as características e a inserção de cada cidade no âmbito da rede urbana a observação das relações existentes entre o desenvolvimento do capitalismo concernente a cada formação socioespacial é fundamental, conforme já exposto por Corrêa (2000). É neste contexto que as reestruturações do próprio modo de produção ao longo da história repercutem, por exemplo, na divisão territorial do tra-

balho, com implicações diretas na estruturação da rede de cidades e na diversidade de conjuntos articulados de centros urbanos.

Assim, a heterogeneidade da composição territorial de nosso país se explica em função das “variações da existência histórica determinada” (SANTOS, 1977, p. 84) e, dessa forma, a configuração das cidades e da rede urbana recai nas especificidades verificadas em cada formação socioespacial. Estas variações históricas, tendo em vista a combinação complexa de diferentes elementos, conduz à existência de uma diversidade de situações. Para Corrêa (2000, p. 121), essa “diversidade diz respeito às possíveis combinações dos mesmos elementos que, entretanto, ao se concretizarem o fazem de modo específico, pois cada um desses elementos assume uma própria especificidade”.

Tais especificidades são realmente notáveis num país de dimensões continentais como o Brasil e, quando observadas com base em elementos que ilustram apenas parcialmente a realidade, os aspectos dimensionais que as conformam aparentam ser incoerentes ou mesmo inconciliáveis. Por exemplo, a sobreposição das informações sobre os centros de gestão do território às de deslocamento pendular nem sempre refletem um protagonismo em relação à dinâmica urbano-regional esperado para um centro sub-regional, uma vez que, embora tais centros possuam atividades de gestão públicas e empresariais combinadas menos complexas que os primeiros níveis dentre os cinco totais, além de áreas de influência de menor extensão, ainda assim se pressupõe que exerçam uma atratividade que resultaria em saldos de deslocamentos pendulares que as coloque num patamar de receptoras em âmbito regional, mas a Figura 2 mostra que não é esse o caso.

Nota-se que todos os centros analisados foram classificados como de nível 3 quanto à gestão territorial, a despeito de possuírem certa proximidade aos centros de maior hierarquia (IBGE, 2020), contudo, apenas o município de Patos se caracteriza como receptor, conforme o Índice de Eficácia Migratória (IEM) calculado em relação ao saldo de entradas e de saídas relativas aos deslocamentos pendulares em 2010, enquanto Itabaiana designa um município bidirecional e Ituiutaba e Manacapuru são evasores (MOURA; DELGADO; COSTA, 2013). O IBGE (2020) possui argumentos que podem explicar parcialmente aparentes incoerências, tais como as apresentadas:

Apesar de haver uma certa correlação entre a classificação de centralidade de gestão pública e as hierarquias das Cidades, percebe-se que, em alguns casos, o dinamismo econômico recente não é acompanhado, no curto prazo, pela instalação de órgãos públicos para atender à demanda por serviços e administração, e muitas vezes, a localização de determinada unidade descentralizada explica-se mais por questões históricas, como um ciclo de crescimento econômico em décadas anteriores. (IBGE, 2020, p. 81)

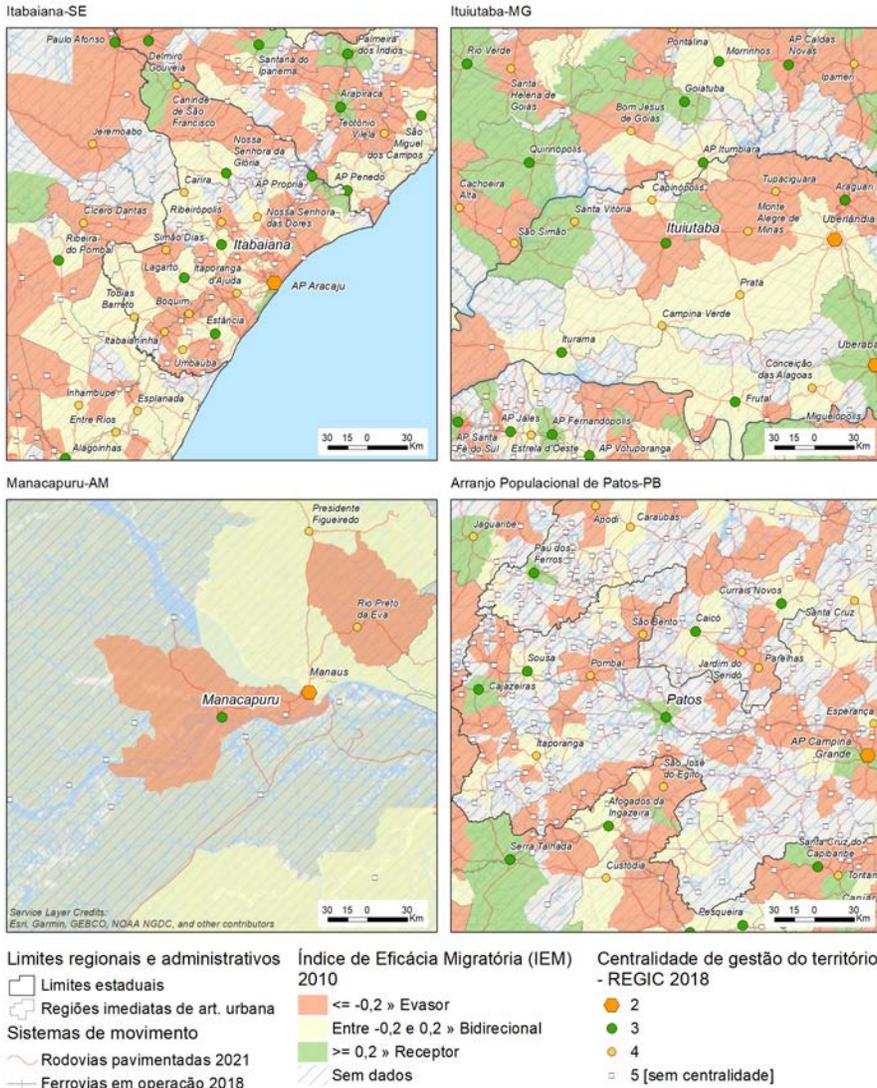


Figura 2 – Características territoriais: gestão do território e deslocamentos pendulares. Base cartográfica: IBGE (2020); ESRI (2023); informações sobre o IEM 2010 cedidas por Moura, Delgado e Costa (2013); elaborado pelos autores.

Complementarmente, Calixto, Oliveira e Soares (2017, p. 14) afirmam o seguinte:

A relação entre tamanho e função da cidade não explica mais o fenômeno urbano, o que permite problematizar a tradicional classificação hierárquica pa-

ra a compreensão das dinâmicas urbano-regionais. Quanto mais inserida nos processos econômicos contemporâneos uma cidade estiver, mais diferente de outras ela será, mesmo que se trate de núcleos urbanos de mesmo tamanho. Tal constatação não se refere apenas às metrópoles, mas também às cidades médias e pequenas, nas quais é possível observar relações de complementaridade e especialização produtiva, conforme vantagens de cada localização. (CALIXTO; OLIVEIRA; SOARES, 2017, p. 14)

Tais ideias, reflexões e problematizações por ora expostas instigaram a necessidade de realização de um levantamento e análise das características urbano-regionais, isto é, concernentes às relações de proximidade das cidades enfocadas, tomando-se por base elementarmente as informações geográficas disponibilizadas no âmbito do estudo “Regiões de Influência das Cidades 2018” (IBGE, 2020). Porém, antes de se debruçar sobre tais análises, convém discorrer sobre alguns dos aspectos metodológicos que pautaram a elaboração deste estudo em questão.

Para investigar as relações urbanas de proximidade, os agentes de pesquisa do IBGE aplicaram questionários em 5.503 municípios, excluindo aqueles que apresentam alto nível de centralidade de gestão do território⁷. Adicionalmente, com objetivo de se obter uma resposta representativa do comportamento habitual para o conjunto dos habitantes de cada unidade urbana, foram consultados três informantes (pessoas atuantes em três instituições) a respeito dos Municípios mais procurados pela população em busca dos produtos e serviços de interesse da pesquisa (IBGE, 2020, p. 72). Sobre os temas investigados, o IBGE esclarece o seguinte:

Os temas foram: compras de vestuário e calçados; móveis e eletroeletrônicos; serviços de saúde de baixa, média e alta complexidades; ensino superior; atividades culturais e esportivas; uso de aeroporto; e a origem dos jornais que circulam no Município. Um 10º tema foi adicionado aos resultados do questionário a partir da pesquisa Ligações Rodoviárias e Hidroviárias 2016 (LIGAÇÕES..., 2017), por meio da adaptação dos resultados dessa pesquisa ao mesmo formato das nove questões do questionário principal da Regic, obtendo-se as principais conexões de cada Município via transporte público com outros Municípios.

Para realização desta pesquisa, dentre as variáveis recém mencionadas disponibilizadas pelo IBGE (2020), optou-se pela análise daquelas que representam tanto as possibilidades de circulação de pessoas e de mercadorias quanto às preferências dentre os destinos para consumo de serviços especializados nem sempre encontrados na maioria das cidades, referentes às ligações 1) para transporte público; 2) de destino da produção agropecuária; 3) indicativas das preferências para consumo de bens e serviços de saúde de baixa e média complexidades⁸; 4) de serviços saúde de alta complexidade⁹; 5) de ensino superior; 6) de assistência técnica para a produção agropecuária.

A classificação hierárquica final da rede urbana apresentada no estudo “Regiões de Influências das Cidades 2018” se constitui numa síntese obtida a partir da combinação das variáveis aí investigadas. Porém, ao se analisar isoladamente cada um dos elementos

estruturantes da metodologia desse estudo, pode-se compreender as características e as especificidades de cada centro quanto aos papéis desempenhados em âmbito regional, assim como em relação aos seus respectivos alcances espaciais. Justamente pensando nisso, a partir da já enumerada seleção das variáveis disponibilizadas pelo IBGE (2020), elaborou-se um conjunto de mapas onde se busca elucidar essas funções de alcance intermediário na rede urbana. Nestes mapeamentos, além dos destinos, também foram consideradas as densidades das frequências das ligações, naquilo que o IBGE (2020) chamou de ordem, cujos destinos de primeira ordem de frequência correspondem aos principais para cada variável, seguindo pelos destinos secundários (segunda ordem) e de terceira ordem.

Uma vez que a situação geográfica, determinada pela configuração e estrutura da rede urbana, influencia a dinâmica urbano-regional polarizada pelas cidades pesquisadas, nos mapeamentos das variáveis temáticas da Regic 2018 também foram ilustradas as interações polarizadas pelos centros de maior nível hierárquico às quais tais cidades estão imediatamente subordinadas, justamente com o intuito de se tentar dimensionar suas áreas de influência no contexto de uma rede mais ampla.

Uma Análise Comparativa das Relações de Proximidades, de Caráter Urbano-Regional, Apresentadas no Estudo “Regiões de Influência das Cidades 2018”

Adentrando nas análises respectivas às relações de proximidades, próprias do contexto urbano-regional, apresentadas no estudo “Regiões de Influência das Cidades 2018”, as ilustrações das Figuras 3 e 4 apresentam as variáveis referentes aos serviços de saúde de baixa e média e de alta complexidade para as quatro cidades analisadas. Dadas as características desses tipos de serviços, observam-se as diferenças existentes em relação ao alcance espacial e às ordens de frequências das interações entre essas duas variáveis.

Fica evidente que no caso das ligações em busca de serviços médicos de baixa e média complexidade, as cidades analisadas desempenham importante papel no atendimento das demandas de seu entorno mais próximo, embora com variações em relação ao número de ligações, assim como em relação à intensidade e à abrangência das mesmas, existentes em razão do contexto e das especificidades locais e regionais. Não obstante tais diferenças, em geral, pode-se dizer que tais cidades contribuem para aliviar o volume de deslocamentos em direção aos centros de nível superior mais próximos.

Já quando são consideradas as ligações para saúde de alta complexidade, dadas as características relativas à concentração e à diversidade de equipamentos e serviços (sobretudo os mais especializados) nos centros de maior hierarquia, estes, por sua vez, ampliam suas áreas de influência sobre um território mais amplo, absorvendo, por assim dizer, a oferta dos serviços prestados pelos centros sub-regionais, ainda que estes últimos continuem a prestar algum serviço – embora possa haver exceções, explicadas pelas especificidades locais e regionais.

Uma dessas exceções é o caso de Manacapuru, onde não se verifica uma atração importante para prestação de serviços de alta complexidade na saúde, enquanto em relação aos serviços de média e baixa complexidade, considerando-se a abrangência territorial, a situação geográfica e o quantitativo de habitantes atendidos, as ligações desta cidade são bem menos numerosas do que as encontradas no arranjo populacional de Patos, que apresen-

ta uma área de influência mais ampla e complexa. Tais particularidades existem, em parte, em função da situação geográfica e da formação socioespacial alusivas a cada centro, portanto.

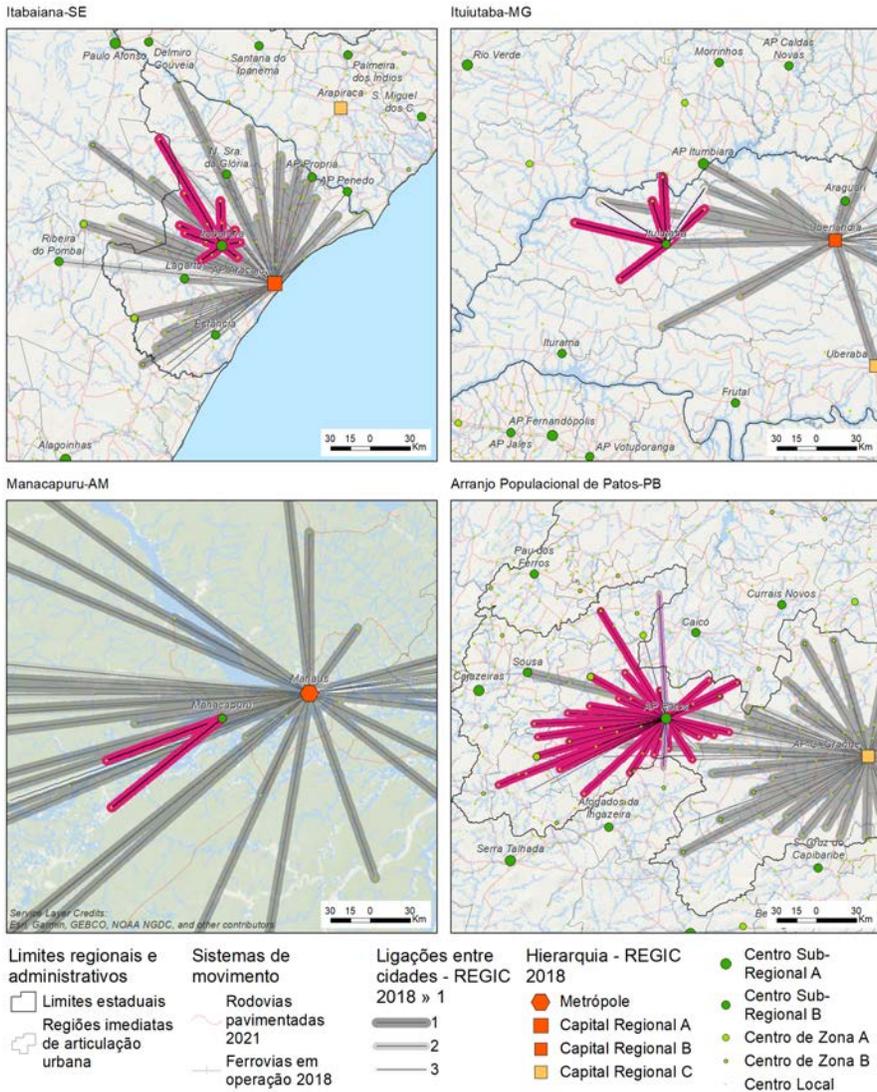


Figura 3 – Ligações para serviços de saúde de baixa e média complexidade. Base cartográfica: IBGE (2020); ESRI (2023); elaborado pelos autores.

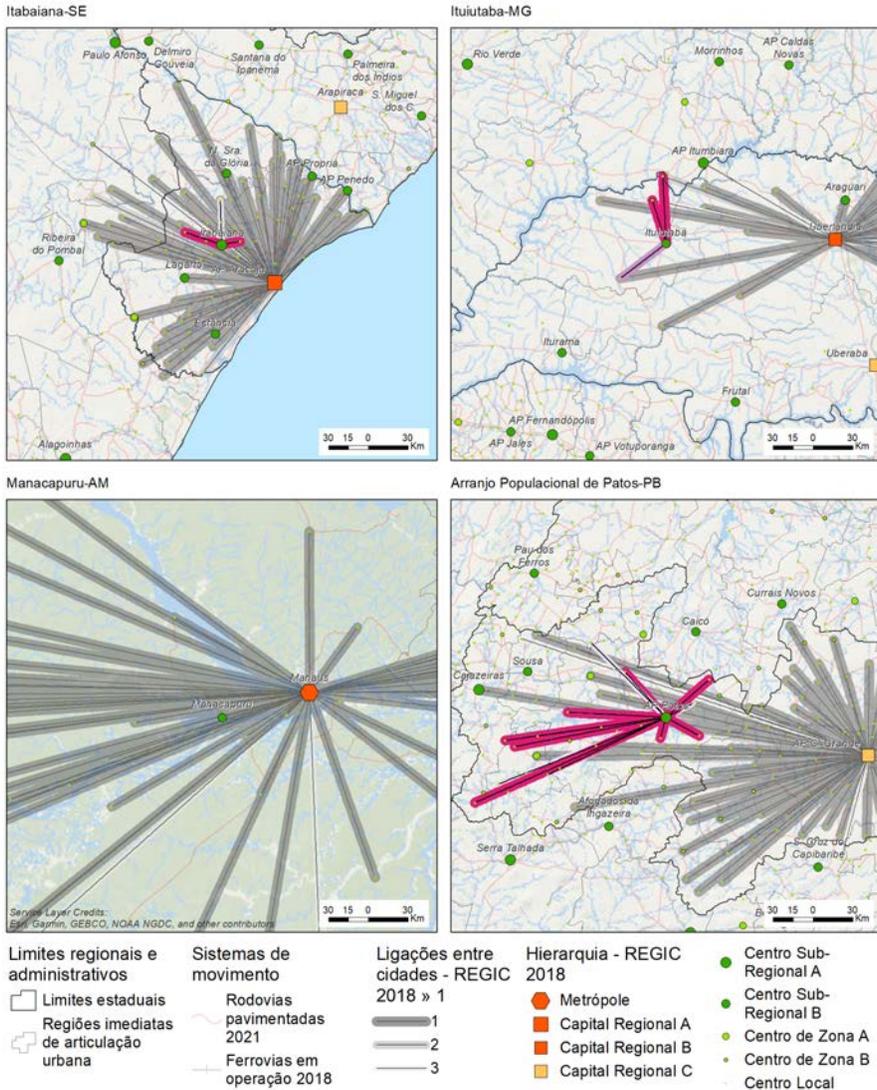


Figura 4 – Ligações para serviços de saúde de alta complexidade. Base cartográfica: IBGE (2020); ESRI (2023); elaborado pelos autores.

Tal cenário não desmerece o papel desempenhado pelos centros sub-regionais, porque em maior ou menor medida, de fato contribuem para desobstrução de eventuais gargalos do sistema de saúde criados em função da seletividade espacial no que diz respeito à escolha dos centros onde serão instalados alguns equipamentos de exame e diagnóstico. Não se pode ignorar, assim, que além da diversidade, a desigualdade existe como um componente

político projetado nesses papéis regionais exercidos por cada localidade. A esse respeito, Martinuci (2013) salienta o seguinte:

A constituição consciente e deliberada de “áreas de indiferença” mostra sua perversidade na medida em que percebemos que as ações são, sistematicamente e sistemicamente, planejadas e conscientemente executadas. Do ponto de vista territorial, as “áreas de indiferença” correspondem, justamente, àqueles pontos ignorados pela racionalidade seletiva das redes e das modernizações, produto da ação tanto do Estado quanto das empresas. Os grandes agentes do espaço são responsáveis pela produção de grandes contradições que eles mesmos usam em seu favor. (MARTINUCCI, 2013, p. 224)

Outra variável relevante para se compreender as relações entre cidade e região diz respeito aos deslocamentos decorrentes da busca pelo ensino superior. A Figura 5 apresenta as ligações atreladas aos deslocamentos em direção às quatro cidades analisadas e aos centros de maior nível hierárquico situados nas imediações dessas cidades.

Vale lembrar que muitas cidades interioranas passaram a receber instituições de ensino superior, principalmente a partir de 2007, em decorrência da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Além da criação de novas universidades, o Programa proporcionou também a expansão das instituições já existentes por meio da implantação de novos *campi*, inclusive em municípios de pequeno porte demográfico, conforme demonstrado em Reche e Campos (2022). Soma-se a isso a presença de outras instituições de ensino superior, públicas ou privadas, que passaram por ampliações ao longo dos últimos anos. Tal cenário impactou significativamente a oferta de ensino superior no país, uma vez que, por meio da interiorização, verificou-se uma reconfiguração dos deslocamentos motivados por esse nível de ensino, com impactos diretos se não sobre a reestruturação, mas sobre a requalificação da rede de cidades, devido à ampliação da centralidade exercida por algumas cidades, entre elas os centros sub-regionais.

Quanto às características da área de influência das cidades analisadas em relação à oferta de ensino superior, nota-se maior abrangência do arranjo populacional de Patos, que atende um grande número de municípios de seu entorno, alcançando distâncias superiores a 100 quilômetros, demonstrando sua consolidação como centro de oferta de tal serviço. Itabaiana e Ituiutaba, num menor nível, também apresentam expressividade em suas respectivas regiões, mesmo estando numa condição de proximidade em relação a centros onde a oferta do ensino superior está consolidada há mais tempo. Manacapuru apresentava ligações inexistentes nesta variável, sendo necessário complementar que, de fato, a consulta ao banco de dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) confirmou a existência de três instituições no município, mas todas credenciadas após julho de 2018 (BRASIL, s.d.)¹⁰.

A quarta variável temática da Regic 2018 mapeada diz respeito às ligações para transporte público (Figura 6). Nesta variável o IBGE considerou a frequência das ligações rodoviárias e hidroviárias de transporte público.

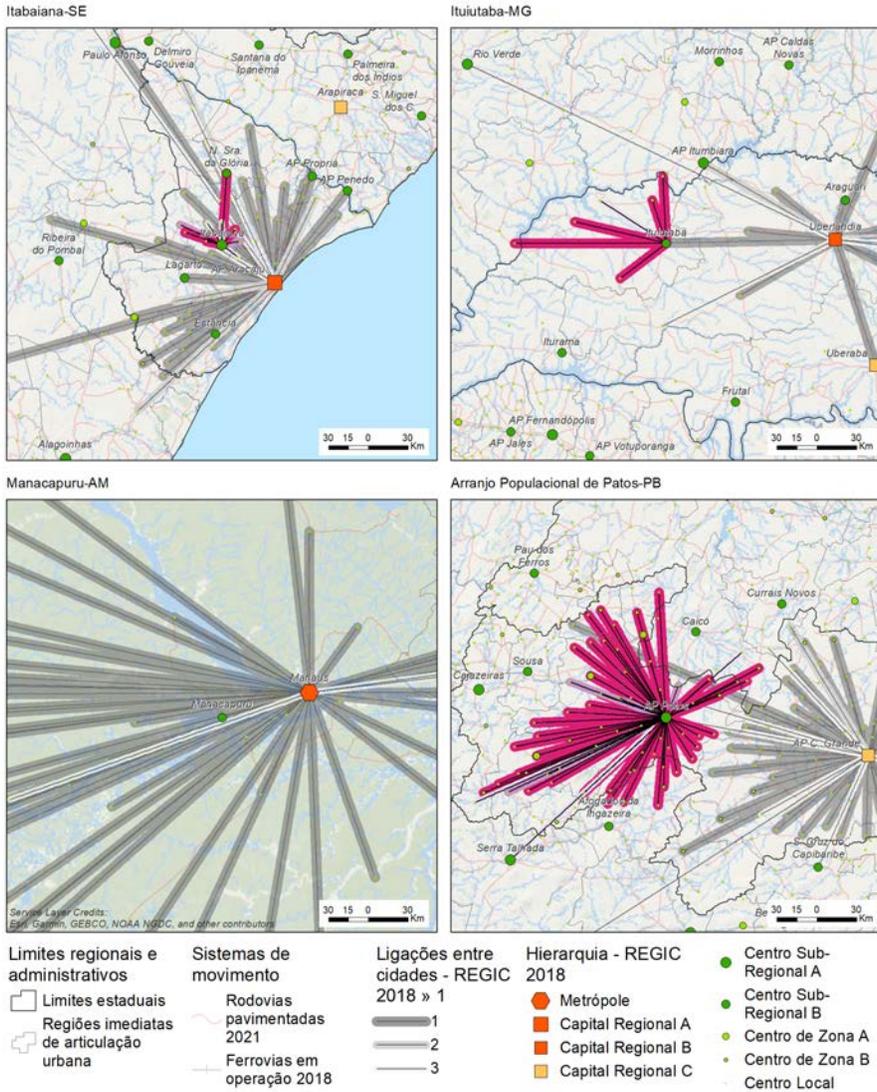


Figura 5 – Ligações para ensino superior.
 Base cartográfica: IBGE (2020); ESRI (2023); elaborado pelos autores.

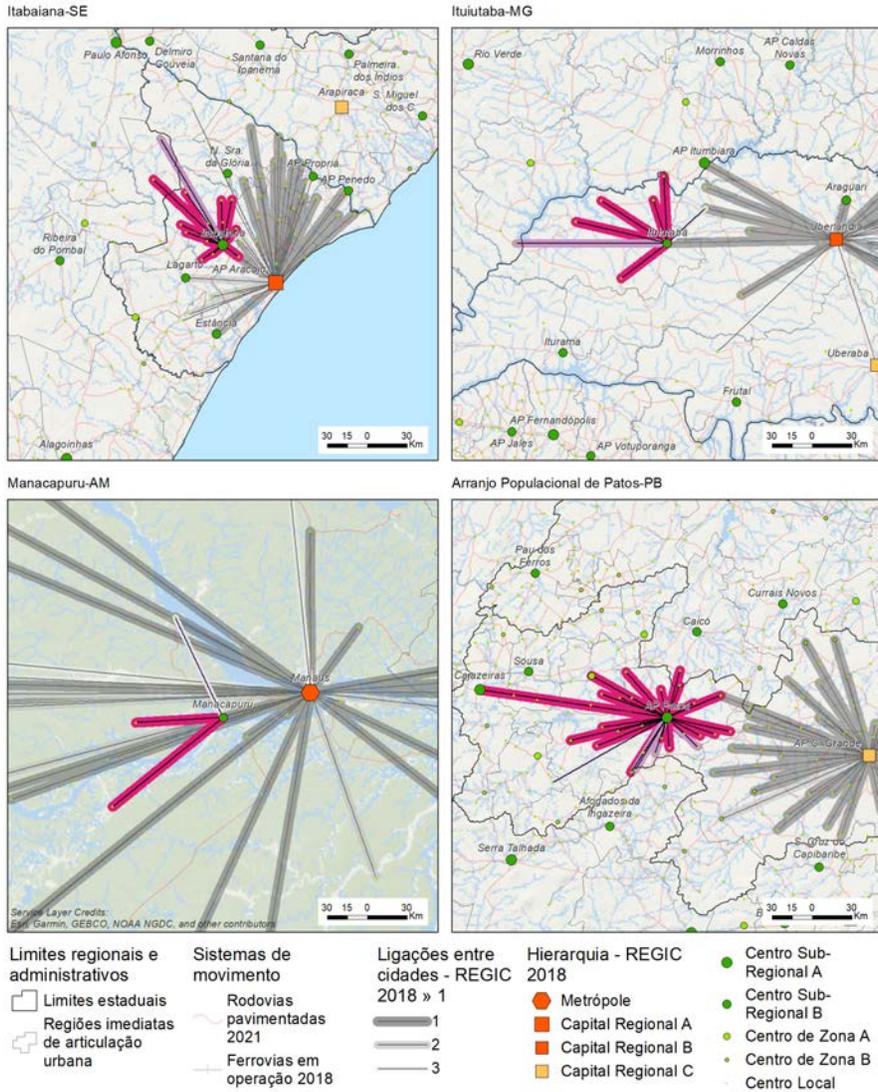


Figura 6 – Ligações para transporte público.

Base cartográfica: IBGE (2020); ESRI (2023); elaborado pelos autores

Não seria novidade mencionar que as interações resultantes das demandas pelas atividades de comércio e de serviços são dependentes das condições e possibilidades de circulação. Considerando-se as atividades selecionadas nesta análise, parece fazer sentido se pensar que as anteriormente mapeadas (saúde e educação) estão bastante atreladas à necessidade da disponibilidade de transporte público à população e, de fato,

as ligações para o transporte público reforçam a hipótese de seu uso para deslocamento às cidades analisadas em busca de tais serviços, mas tendo em vista que as frequências de ordem dos deslocamentos de transporte são mais densas do que as conexões para busca por educação e saúde, fica evidente que outras instituições públicas, mas sobretudo empresas privadas, estejam motivando essas interações, justificando a classificação de tais centros como polos sub-regionais. A propósito, em certos casos, as ligações para assistência técnica para a produção agropecuária podem ser o motivo dos deslocamentos com uso de transporte público, tendo em vista que tal variável contemplou a assistência técnica constituída por empresas públicas de extensão rural ou privadas nas áreas de agronomia, zootecnia e veterinária, com atendimento voltado desde à agricultura familiar até aos grandes produtores (IBGE, 2020). As ilustrações dessas interações são apresentadas na Figura 7.

Constata-se que as ligações que resultam da demanda para assistência técnica para a produção agropecuária são obviamente maiores em relação às cidades onde o setor agropecuário desempenha papel importante na economia regional, nomeadamente, em Itabaiana e no arranjo populacional de Patos. Diante deste cenário, cabe frisar a importância de tais cidades como plataformas de prestação de um rol de serviços fundamentais à orientação dos produtores para ampliação seja da produtividade ou do rendimento no campo.

Por fim, apresenta-se as ligações constituídas em relação ao destino da produção agropecuária (Figura 8). Neste ponto é importante se ressaltar que, por questões metodológicas, o IBGE (2020) considerou apenas o destino imediato da produção, seja para armazenagem, beneficiamento, venda a transportadores ou a centros de distribuição ou diretamente para o consumo. Portanto, o “objetivo não foi traçar toda a cadeia produtiva, mas conhecer para onde os produtores encaminham o cultivo de modo imediato” (IBGE, 2020, p. 142).

Neste aspecto, como já se esperava, tendo em vista o vínculo produtivo existente com as ligações para assistência técnica, o arranjo populacional de Patos e Itabaiana se destacaram novamente frente às demais cidades analisadas – no caso do arranjo de Patos, pelo número de municípios com os quais mantém ligações de primeira ordem, e no caso de Itabaiana, pela distância dos centros com os quais mantém ligações, extrapolando os limites estaduais. Ituiutaba, por sua vez, mantém ligações de primeira ordem no âmbito dessa variável com todos os municípios de sua região imediata, enquanto a partir de Manacapuru se configura interações que caracterizam ligação de primeira ordem apenas com um único município de sua área de influência, denotando a forte atração da metrópole amazonense também sobre a produção agropecuária.

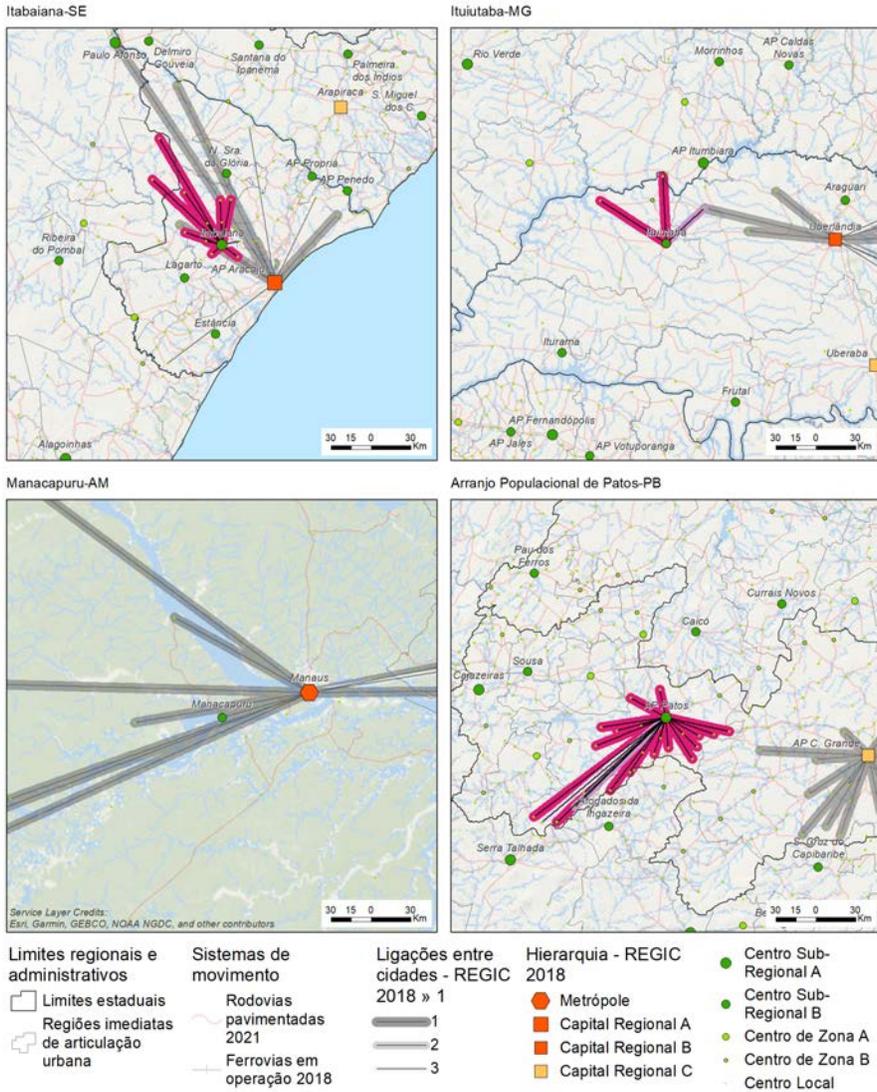


Figura 7 – Ligações para assistência técnica para a produção agropecuária. Base cartográfica: IBGE (2020); ESRI (2023); elaborado pelos autores.

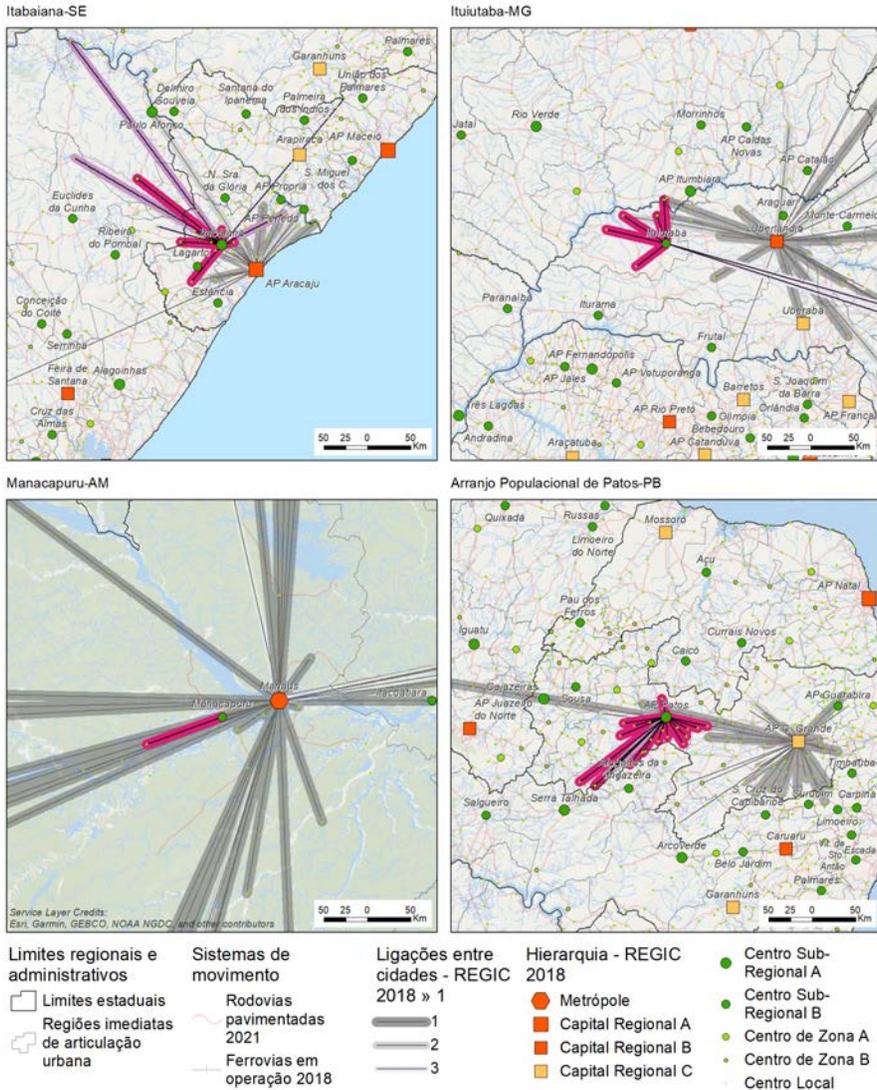


Figura 8 – Liga es para destino da produ o agropecuária.
Base cartográfica: IBGE (2020); ESRI (2023); elaborado pelos autores

Considera es Finais

Em linhas gerais, com base no conjunto das variáveis analisadas, buscou-se averiguar de que modo as idiossincrasias locais impactam as dinâmicas urbano-regionais,

mesmo considerando-se tratar de centros que possuem tamanho populacional semelhante e que ocupam níveis hierárquicos equivalentes no âmbito da estrutura urbana do país, numa combinação que os coloca em situação de improváveis protagonistas das políticas de caráter territorial do país.

A hipótese de que haveria diferenças que podem ser interpretadas como de caráter circunstancial se confirmou mediante constatação de especificidades em relação às interações decorrentes da oferta de certos serviços, especializados e singulares a determinadas formações socioespaciais, aos seus respectivos entornos regionais. Como se pôde ver, tais diferenças dizem respeito ao rol de funções caracterizadas pelas relações de proximidade exercidos pelas cidades analisadas, especificamente relativas aos serviços de saúde e de ensino, assim como em relação ao comércio e aos serviços prestados no âmbito do setor agropecuário. Com base nisso, pode-se dizer que a rede urbana brasileira é constituída por um amplo e diverso conjunto de centros, cujas interações e articulações se dão de acordo com cada contexto regional, portanto, justificam-se, assim, os estudos que visam compreender as dinâmicas urbano-regionais e que se debruçam sobre realidades não metropolitanas.

Particularmente, os resultados das análises das ligações de proximidade estabelecidas a partir dos centros enfocados denotam seus importantes papéis urbanos quanto ao atendimento de algumas demandas da população de municípios que vivem em seus entornos imediatos, além do exercício de funções de intermediação ao acesso às atividades de gestão sediadas nos centros de maior hierarquia da rede urbana.

Tais constatações parecem encontrar amparo nas asserções de Bitoun (2009), embora seus argumentos tenham sido delineados para se aplicar apenas a um certo recorte do território brasileiro. O autor destaca que independentemente do tamanho populacional ou funcional, muitas cidades devem ser consideradas importantes justamente pela falta de alternativas para as cidades circunvizinhas. Para o autor, “por falta de alternativas, essas cidades exerc[er]iam uma ‘responsabilidade territorial’ peculiar” (BITOUN, 2009, p. 32) e, por isso, é necessário que políticas públicas possam dar respostas ao urbano disperso e isolado presente no Brasil Central e Ocidental.

A questão é que não se está diante de uma configuração e estrutura urbanas gestadas a partir da implementação sistemática de políticas de ordenamento territorial no Brasil, por isso, ao se referir às relações entre a cidade e a região, Sposito (2009) menciona, por exemplo, a existência de

cidades médias que ampliam seus papéis, porque diminuem os papéis das cidades pequenas a partir de uma série de mecanismos econômicos, ou cidades que, em função do tipo de atividade que têm, das lideranças que ali se encontram, são capazes de crescer e propor um projeto ou desempenhar um papel político, econômico e social de crescimento para toda a região. (SPOSITO (2009, p. 19)

Cabe destacar que, eventualmente, recursos dos governos estadual e federal aplicados em determinadas cidades são oriundos de orquestrações de interesses que se constroem obscuramente mediante exploração dos interstícios legislativos conformados sob um sistema político de representatividade duvidosa quando se pensa na unidade e equidade territorial. Num país tão diverso e cuja formação territorial se deu de modo tão desigual, é fundamental que políticas de ordenamento territorial de caráter urbano sejam prioritárias, e uma vez que se faça, especialmente por se estar diante de um cenário de

complexificação das interações espaciais que se configuram para além das relações hierárquicas, é crucial que se leve em consideração a discussão sobre os limiars urbanos.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), pela contribuição pelo financiamento sob o Termo de Concessão n. 0013/2019, assim como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Chamada 4/2021 – Bolsista de Produtividade em Pesquisa – Processo 315474/2021-1, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) – Código de Financiamento APQ-03169-18.

Agradecemos também à Rosa Moura, que gentilmente nos cedeu o banco de dados organizado em colaboração com Paulo Delgado e Marco Aurélio Costa em função do desenvolvimento da pesquisa intitulada *Movimento pendular e políticas públicas: algumas possibilidades inspiradas numa tipologia dos municípios brasileiros*.

Referências Bibliográficas

AMAZONAS. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. *Projeto de lei complementar n. 52 de 30 de maio de 2007*. Dispõe sobre a instituição da Região Metropolitana de Manaus. Manaus, 2007.

AMORIM FILHO, O. B.; ABREU, J. F.; ANDRADE, T. B.; ALVIM, A. M. M. *Os eixos de desenvolvimento em Minas Gerais e suas tecnópolis*. Projeto de Pesquisa, CEX 170495, FAPEMIG – PUC/Minas, Belo Horizonte, 1999.

_____; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ALMEIDA, T; SERRA, R. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

_____; BUENO, M. E. T.; ABREU, J. F. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativas-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. *Boletim de Geografia Teórica*, v. 12, n. 23-24, p. 33-46, 1982.

_____; RIGOTTI, J. I. R. Os limiars demográficos na caracterização das cidades médias. *Caderno de Geografia*, v. 13, n. 20, p. 21-38, 2003.

_____; _____. CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. *RA'EGA (UFPR)*, v. 13, p. 7-18, 2007.

BATELLA, W. B. Cidades Médias: da multiplicidade de definições à busca de seus limiars. *Caminhos da Geografia (UFU. Online)*, v. 20, p. 196-214, 2019.

_____. *Os limiars das cidades médias: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni-MG*. 2013. 228 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia Urbana*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, J.; MIRANDA, L. (Orgs.). *Desenvolvimento e cidades no Brasil*. Contribuições para o debate sobre as políticas territoriais. Recife: Observatório das Metrópoles, 2009.

_____.; MIRANDA, L. (Orgs.). *Desenvolvimento e cidades no Brasil*. Contribuições para o debate sobre as políticas territoriais. Recife: Observatório das Metrópoles, 2009.

BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC* [website]. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

_____. Despacho de 22 de março de 2019. *Diário Oficial da União*, n. 57, Seção 1, p. 57, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de março de 2019. ISSN 1677-7042

_____. Portaria n. 160, de 10 de março de 2022. *Diário Oficial da União*, n. 48, Seção 1, p. 32, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de março de 2022. ISSN 1677-7042

_____. Portaria n. 722, de 27 de julho de 2018. *Diário Oficial da União*, n. 145, Seção 1, p. 20, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 de julho de 2018. ISSN 1677-7042

BRUNET, R. *Les Phénomènes de Discontinuité em Géographie*. Paris: CNRS, 1970.

CALIXTO, M. J. M.; OLIVEIRA, H. C. M.; SOARES, B. R. Cidade média e região: notas introdutórias. In: OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. J. M.; SOARES, B. R. (Orgs.). *Cidades médias e região*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito da cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 15-25.

_____. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. *Revista Território*, ano 5, n.8, p. 121-129, 2000.

ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE (ESRI). *ArcGIS Map Service*. Ocean/World Ocean Base [mapa base]. Escala 1:591.657.528 (1 pixel = 156543,033928 m), 96 dpi. 2023. Disponível em: <https://services.arcgisonline.com/ArcGIS/services>. Acesso em: 01 fev. 2023.

GEORGE, P. *Geografia urbana*. São Paulo: Difel, 1983.

GOOGLE. *Google Maps* [website]. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 19 mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2016.

_____. Diretoria de Pesquisas – DPE. Coordenação Técnica do Censo Demográfico – CTD. [*Censo Demográfico 2022*]. Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022. Rio de Janeiro, 28 dez. 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Municipios.xls. Acesso em: 02 jan. 2023.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010.

_____. *Divisão urbano-regional do Brasil*. Rio de Janeiro, 2021.

_____. *Gestão do território 2014: redes e fluxos do território*. Rio de Janeiro, 2014.

_____. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Regiões de influência das cidades 2018*. Rio de Janeiro, 2020.

_____. *Relação da população dos municípios 2023*. Rio de Janeiro: 2023.

MARTINUCCI, O. S. *A compreensão geográfica dos eventos em saúde no território brasileiro e a análise cartográfica dos equipamentos de imagem-diagnóstico de alta complexidade*. 2013. 251f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

MIYAZAKI, V. K. *Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista*. 305f. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

MOURA, R.; DELGADO, P.; COSTA, M. A. Movimento pendular e políticas públicas: algumas possibilidades inspiradas numa tipologia dos municípios brasileiros. In: BOUERI, R., COSTA, M. A. (Orgs.). *Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2013. p. 665-696. 3v. – (Volume 3, Brasil: o Estado de uma Nação).

RECHE, D.; CAMPOS, H. A. O processo de estruturação socioespacial de pequenas cidades no contexto regional de inserção da Universidade Federal da Fronteira Sul. In: MACEDO, F. C.; MONTEIRO NETO, A.; VIEIRA, D. J. (Orgs.). *Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do Século XXI*. Brasília: IPEA, 2022. p. 299-329.

RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2009.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, p. 81-99, 1977.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, M. E. B. *Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras*. Belém: FASE/ICSA/UFGA, 2009.

Recebido em: 01/03/2023. Aceito em: 30/04/2024.

Notas

¹ Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – FAPESQ-PB Edital n. 6/2018, sob a coordenação da Profa. Dra. Doralice Satyro Maia, posteriormente contemplado pelo Termo de Concessão n. 0013/2019.

² Chamada CNPq 4/2021 – Bolsista de Produtividade em Pesquisa – Processo 315474/2021-1, coordenado por Vitor Koiti Miyazaki.

³ Edital Demanda Universal FAPEMIG n. 1/2018 – Código de Financiamento APQ-03169-18, coordenado por Vitor Koiti Miyazaki.

⁴ A noção de “cidades médias” não se ampara apenas no tamanho demográfico, uma vez que leva em conta os papéis de intermediação desempenhados pelas cidades no âmbito da rede urbana (CORRÊA, 2007; SPOSITO, 2007). Além disso, os patamares demográficos máximo e mínimo podem variar de acordo com o contexto regional e o recorte temporal, conforme já destacado por Amorim Filho e Serra (2001).

⁵ Em 2010 Quixabá-PB possuía 1.699 habitantes, e 1.745 em 2022.

⁶ Conforme informações obtidas a partir da ferramenta de rotas do Google Maps, obteve-se as seguintes distâncias e tempos de trajetos considerando a partida das cidades investigadas em direção aos centros de nível hierárquico superior mais próximos às 7h de uma terça-feira: a) Itabaiana » Aracaju = 56,4km | 55min. – 1h25min.; b) Ituiutaba » Uberlândia = 135km | 1h40 – 2h20min.; c) Manacapuru » Manaus = 98,8km | 1h15 – 1h40min.; d) Patos » Campina Grande = 177km | 2h20 – 3h (GOOGLE, 2023). Adicionalmente, cabe ressaltar que Manacapuru integra a Região Metropolitana de Manaus, instituída pela Lei Complementar nº 52, de 30 de maio de 2007, do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 2007), embora não componha qualquer arranjo populacional (IBGE, 2016; 2020). Cabe adicionar que o IBGE (2016) identificou Manaus como uma concentração urbana isolada.

⁷ O estudo prévio intitulado *Gestão do Território 2014* (IBGE, 2014) foi tomado como parâmetro para definição dos centros de gestão do território na Regic 2018. Dentre os nove níveis de centralidade apresentados em 2014, foram excluídos os centros de nível 1 a 4, mais os de nível 5 com população superior a 300 mil habitantes, com base na premissa de que tais municípios mais ofertam do que buscam produtos e serviços em outros, assim, invalidando a ferramenta metodológica do questionário da Regic 2018 (IBGE, 2020).

⁸ Para o IBGE (2020), os serviços de saúde de atenção básica e de média complexidade compreendem consultas médicas e odontológicas, exames clínicos, serviços ortopédicos e radiológicos, fisioterapia, além de pequenas cirurgias, dentre outros atendimentos que não impliquem em internação.

⁹ Os serviços de saúde de alta complexidade compreendem tratamentos especializados com alto custo, resultando em internação, cirurgia, ressonância magnética, tomografia e tratamento de câncer (BRASIL, 2009, p. 32-33 *apud* IBGE, 2020, p. 111).

¹⁰ 1) Faculdade Amazonas, credenciada pela Portaria n. 722, de 27 de julho de 2018; 2) Faculdade Ariano Suassuna (Univas), credenciada inicialmente como Faculdade Teológica de São Paulo – FATESP mediante Despacho de 22 de março de 2019; 3) Faculdade ITPAC Manacapuru, credenciada por meio da Portaria n. 160, de 10 de março de 2022 (BRASIL, 2018; 2019; 2022).